

ÍNDICE:

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Exercício	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa-DFC (Método Indireto)	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL	5
Demonstração do Resultado Abrangente-DRA	6
Demonstração do DVA – Valor Adicionado	6
Notas explicativas	7
Relatório da Auditoria Independente (ACS Auditoria e Consultoria Contábil)	32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		115.163.710	110.942.505
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	8.272.146	8.617.486
ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL	6	106.884.698	102.324.344
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS		0	0
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	6.860	668
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	5	7
ATIVO NÃO CIRCULANTE		128.725.498	151.535.037
ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL	9	128.725.498	151.535.037
IMOBILIZADO		0	0
INTANGÍVEL		0	0
TOTAL DO ATIVO		243.889.208	262.477.541
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		13.375.940	24.360.849
FORNECEDORES	10	514.117	3.895.032
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	11	9.023.197	16.465.579
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	12	105.668	114.170
TRIBUTOS	13	3.691.871	3.659.641
ENCARGOS SETORIAIS	15	38.896	224.392
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	16	2.190	2.035
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		99.211.538	99.208.829
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	17	99.211.538	99.208.829
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.301.730	138.907.863
CAPITAL SOCIAL	18	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAÍS	18.1	38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
RESERVAS DE LUCROS	18.3	5.979.925	650
RESERVA LEGAL		5.979.925	650
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	18.3.1	5.979.925	650
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		5.979.925	650
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR	18.3.2	0	0
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL		71.773	66.035
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	18.2	71.773	66.035
ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA		71.773	66.035
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	18.4	86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS		86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS		86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		76.334.788	29.571.403
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		9.948.128	70.389.774
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	18.4.1	87.116	0
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		0	0
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		243.889.208	262.477.541

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO-DRE

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	45.551.846	94.901.423
Ativo financeiro contratual	45.551.691	94.901.423
Juros Ativos	155	0
Deduções da receita operacional	(1.494.765)	(850.058)
Tributos e Encargos		
PIS/COFINS/ISS	(1.494.765)	(850.058)
Encargos	(366.731)	(224.392)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(366.731)	(224.392)
Custo da Construção	(22.812.906)	0
Custo da Construção	(22.812.906)	0
Receita operacional líquida	20.877.444	93.826.972
Despesas Operacionais	(2.780.203)	(2.634.998)
(-) Gastos operacionais e administrativos	(2.780.203)	(2.634.998)
Resultado Financeiro	(6.132.923)	(8.776.730)
Receitas Financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	69.131	140.563
Outras receitas financeiras	47.534	1
(-) Despesas Financeiras		
Juros	(6.249.043)	(8.778.301)
IOF, Comissões e Taxas	(350)	(130.976)
Multas e acréscimos moratórios	(195)	(8.017)
Resultado da atividade da concessão	11.964.317	82.415.245
Resultado Extra-concessão	1.691	2.126
Rendas da Prestação de Serviços		
Compartilhamento de Infraestrutura	1.691	2.126
Resultado antes dos impostos	11.966.009	82.417.370
CSLL - corrente	(456.898)	(288.292)
IRPJ - corrente	(835.637)	(543.918)
CSLL - diferido	(35.060)	(773.411)
IRPJ- diferido	(91.985)	(1.426.242)
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	10.546.429	79.385.508

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-DFC (Método Indireto)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do Exercício	10.546.429	79.385.508
Ajuste de Exercícios Anteriores	91.701	0
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização e Depreciação	0	0
Perdas do Ativo Imobilizado	0	0
	10.638.129	79.385.508
Aumento (ou redução) nos Ativos e Passivos operacionais		
Concessionárias e permissionárias e Ativo financeiro contratual	(4.560.354)	(71.827.734)
Tributos compensáveis	(6.193)	57.096
Adiantamentos a funcionários	2	(4)
Fornecedores	(3.380.915)	(12.513.409)
Salários e encargos	(8.503)	57.039
Tributos a recolher	32.230	2.650.138
Encargos Setoriais	(185.496)	224.392
Outros Passivos Circulantes	155	2.035
	(8.109.073)	(81.350.446)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	2.529.056	(1.964.938)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo contratual	22.809.538	(16.330.224)
Aquisição de ativo imobilizado		
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	22.809.538	(16.330.224)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.738	1.120
Pagamento de Dividendos	(18.250.000)	(9.000.000)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - curto prazo	(7.442.381)	15.151.400
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - longo prazo	2.709	(689.748)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(25.683.934)	5.462.772
Aumento ou redução de caixa e equivalentes de caixa	(345.340)	(12.832.389)
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.617.486	21.449.875
No fim do período	8.272.146	8.617.486
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(345.340)	(12.832.389)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-DMPL

	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Dividendos	Total
	Capital social	Legal (Art. 193 - L 6404/76)				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.944.915	650	29.571.403	0	4.266	68.521.235
Aumento de capital e AFAC	1.120	0	0	0	0	1.120
Lucro líquido do exercício	0	0	79.385.508	0	0	79.385.508
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
Reserva Legal	0	284.044	(284.044)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(1.420.220)	0	1.420.220	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	(7.575.513)	0	7.575.513	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	(9.000.000)	(9.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.946.035	284.694	99.677.134	0	0	138.907.863
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.946.035	284.694	99.677.134	0	0	138.907.863
Aumento de capital e AFAC	5.738	0	0	0	0	5.738
Lucro líquido do exercício	0	0	10.546.429	0	0	10.546.429
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	91.701	0	0	91.701
Reserva Legal	0	5.695.231	(5.695.231)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(5.995.448)	0	5.995.448	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	(12.254.552)	0	12.254.552	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	(18.250.000)	(18.250.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.951.773	5.979.925	86.370.032	0	0	131.301.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE-DRA

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo Líquido do Exercício		
Lucro Líquido do Exercício	10.546.429	79.385.508
Ajuste de exercícios anteriores	91.701	0
Outros resultados abrangentes	0	0
Total do resultado abrangente do exercício	10.638.129	79.385.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS – DVA

	31/12/2020	31/12/2019
1 - Receitas	45.553.538	94.903.548
1.1 - Receita Operacional	0	0
1.2 - Outras receitas/resultados (não operacionais - extra concessão)	1.691	2.126
1.3 - Ativo financeiro contratual	45.551.846	94.901.423
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	(30.976.076)	(10.527.289)
2.1 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(30.976.076)	(10.527.289)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	14.577.462	84.376.259
4 - RETENÇÕES	0	0
4.1 - Depreciação	0	0
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	14.577.462	84.376.259
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	116.664	140.564
6.1 - Receitas Financeiras	116.664	140.564
6.2 - Doações e Subvenções para investimentos	0	0
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	14.694.126	84.516.823
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14.694.126	84.516.823
8.1 - PESSOAL E ENCARGOS	935.893	991.897
8.1.1 - Remuneração direta (incluindo os benefícios)	858.243	926.878
8.1.2 - F.G.T.S.	77.651	65.019
8.2 - IMPOSTOS E TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	3.211.804	4.139.418
8.2.1 - Federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS)	2.914.345	3.881.921
8.2.2 - Federais (Previdência Social/INSS)	297.459	257.497
8.2.3 - Estaduais	0	0
8.2.4 - Municipais	0	0
8.3 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
8.4 - REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	10.546.429	79.385.508
8.4.1 - Prejuízo do exercício	0	0
8.4.2 - Lucro do exercício	10.546.429	79.385.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SUBESTACAO AGUA AZUL SPE S.A.** (a “Companhia” ou “AGUA AZUL”) foi constituída em 09 de maio de 2016 e é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob NIRE 3530049179-3, em sessão do dia 31 de maio de 2016, não possui filiais, e tem por objeto social o fim específico e exclusivo de prestar o serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio da construção, operação e manutenção das instalações do trecho de linhas de transmissão referentes ao Lote S, conforme especificações no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no competente Contrato de Concessão, objeto do Processo n. 48500.003580/2015-77, incluindo, entre outros: (i) a execução e supervisão dos serviços de construção, montagem, manutenção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica e subestações; (ii) a prestação de serviços públicos de transmissão de energia elétrica que lhe tenham sido delegados ou cuja exploração lhes tenha sido concedida pela Administração Pública; (iii) o desenvolvimento de atividades correlatas ou que apresentem sinergia com as atividades acima, incluindo a elaboração e execução de projetos de engenharia e manejo ambiental necessário à consecução de tais atividades, e (iv) o envolvimento com questões sociais com a região onde se encontram suas instalações através de ações comunitárias bem como disponibilização de recursos físicos e logísticos caso solicitados por órgão competente. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na cidade de Guarulhos, na Estrada Acácio Antonio Batista, 4155, Vila Nova Bonsucesso, CEP 07175-080.

1.1 – Da Concessão

A “Companhia” sagrou-se vencedora do leilão ao arrematar o Lote S, conforme especificado no Edital do Leilão n. 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e no Contrato de Concessão n. 19/2016, processo 48500.003580/2015-77, datado de 27 de junho de 2016.

A “Companhia” está em fase operacional e tem a Zopone Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 59.225.698/0001-96, como sua subsidiária integral.

Conforme cláusula segunda do contrato de concessão, o prazo para entrada em operação era até 27 de junho de 2019, mas a “Companhia” antecipou esse prazo em aproximadamente cinco meses e entrou em operação no dia 06 de fevereiro de 2019.

A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 31.107.925,00 (trinta e um milhões, cento e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais), conforme cláusula sexta do contrato de concessão, e é corrigida anualmente, no mês de julho de cada ano, compreendendo o período entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano subsequente.

A ANEEL, conforme Resolução Homologatória nº 2.565, de 25 de junho de 2019, estabeleceu a RAP para o período de julho de 2019 até junho de 2020 no valor de R\$ 36.096.774,46 (trinta e seis milhões, noventa e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), SEM PIS E COFINS, e conforme Resolução Homologatória nº 2.725, de 25 de junho de 2020, a RAP para o período de julho de 2020 até junho de 2021 é de R\$ 36.774.573,32 (trinta e seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos), SEM PIS E COFINS.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1.2 – Descrição do projeto

INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO localizadas no estado de São Paulo, compostas pela SE Água Azul 440/138 kV, (6 x 1R) x 100 MVA; CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Implementação de dois trechos de linha de Linha de Transmissão em 440 kV, em circuito simples, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 440 kV Bom Jardim – Santo Ângelo e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as duas ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Bom Jardim e Santo Ângelo; e dois trechos de Linha de Transmissão em 138 kV, em circuito duplo cada, entre a ponto de seccionamento da Linha de Transmissão 138kV Mairiporã – Santo Ângelo C1 e C2 e a Subestação Água Azul, com extensão aproximada de 1 km, as quatro ENTRADAS DE LINHA correspondentes na Subestação Água Azul, e a aquisição dos equipamentos necessários as modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações Mairiporã e Santo Ângelo.

1.3 Das Licenças, Autorizações e Termos

Em 15 de dezembro de 2017, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB emitiu a AUTORIZAÇÃO nº 112975/2017, acompanhada da planta denominada "Implantação Geral do Empreendimento e Intervenções Ambientais, para as atividades de supressão de vegetação nativa e corte de árvores nativas isoladas para a construção da Subestação – SE de 440/138 Kv Água Azul , Processo CETESB nº 48/2017. Recebeu também o Parecer Técnico nº 116/17/I, que tratou da análise da solicitação da referida Autorização.

Recebeu também em 15 de dezembro de 2017, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente / Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, o TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PRESERVAÇÃO DE RESERVA LEGAL nº 112951/2017, se comprometendo a: preservar e recuperar, quando necessário, a Reserva Legal compreendida nos limites nele indicados e perfeitamente delimitado na planta e no local da propriedade, não podendo fazer qualquer intervenção na vegetação, a não ser com a autorização do órgão ambiental competente.

Em 18 de janeiro de 2019, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB emitiu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº 2490, processo nº 48/2017 (CETESB 041523/2018-24), com base no parecer técnico nº 014/19/IE, na Licença Ambiental Prévia nº 2578 e na Licença Ambiental de Instalação nº 2512, com prazo de validade de 10(dez) anos, com as seguintes informações:

Identificação do Empreendimento:

Nome: SUBESTAÇÃO – SE DE 440/138 KV ÁGUA AZUL E RAMAIS ASSOCIADOS

Logradouro: Estrada do Morro Grande, S/N, Bairro Bom Sucesso

Município: GUARULHOS

Caracterização do Empreendimento:

Descrição: Implantação da Subestação – SE de 440/138 Kv, com área construída de aproximadamente 5,7 ha em área total de 11,75 ha.

Em 05 de setembro de 2019, conforme Ato nº 5485, a Agência Nacional de Telecomunicações–ANATEL outorgou autorização de uso de radiofrequência nº 459.8625 MHz / 469.8625 MHz, com validade até 13 de agosto de 2039.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em 17 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Telecomunicações—ANATEL, onde a “ÁGUA AZUL” possui nº da entidade 4503180 e nº da estação 1009025314, emitiu a Licença para Funcionamento de Estação nº 003199/2019-SP, para as frequências 459,8625 MHz e 469,8625 MHz.

Em 13 de dezembro de 2018 e 03 de maio de 2019, a “Companhia” obteve o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros-AVCB nº 389000 e 407057, respectivamente.

1.4 Certificado de Conclusão

Em 14 de novembro de 2018, a Prefeitura Municipal de Guarulhos, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano-SDU, Departamento de Licenciamento Urbano-SDU 02, Divisão Técnica de Licenciamento de Edificações-SDU 02.09, emitiu o Certificado de Conclusão nº H-279/2018 com o seguinte teor: Certifico, conforme consta no Processo Administrativo n.º 19.444/2017, protocolado em 04/04/2017, que a edificação: Construção de subestação de energia elétrica, de propriedade de SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A., CNPJ: 24.905.442/0001-45 em imóvel situado na Estrada do Morro Grande, Bairro: Bonsucesso neste Município, sob ITR nº 2.887.4951, aprovado e licenciado através de Alvará de Construção n.º A-377/17 expedido em 12/09/17; Área Total da Construção de 427,13m² (quatrocentos e vinte e sete metros e treze centímetros quadrados), Responsável técnico: Engenheiro Claudenor Zopone Junior, CREA 0601680959, ART 92221220161110157, está CONCLUÍDA e em conformidade com a legislação vigente, podendo ser utilizada para o fim a que se destina. Arquiteto Reginaldo Soares – Chefe de Divisão, Engenheira Elaine Cristina Fontana – Diretora SDU02.

1.5 Outras informações relevantes

Em 03 de janeiro de 2017, de acordo com o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, da Superintendência Regional da 8ª Região Fiscal, Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru, a Companhia foi habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e obteve a suspensão do PIS e COFINS nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação.

Em assembleia realizada em 12 de janeiro de 2019, a “Companhia” decidiu pela mudança do endereço da sede para a Estrada Acácio Antonio Batista, 4155, Vila Nova Bonsucesso, CEP 07175-080, Guarulhos/SP. Diante dessa decisão, houve a alteração no Estatuto Social, conforme registro n. 155.934/19-3, em sessão de 15 de março de 2019, da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

Em 09 de maio de 2019, nos termos do artigo 9 do Estatuto, “a Companhia” reelegeu os diretores Cláudio Zopone e Claudenor Zopone Junior para um mandato de 03(três) anos, dando continuidade à posse anterior. Com isso, houve o registro da Ata da Assembleia Geral Extraordinária sob n. 294.666/19-9, em sessão de 31 de maio de 2019, conforme na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de março de 2021 os diretores da “Companhia” autorizaram e aprovaram estas demonstrações contábeis regulatórias, vez que a “Companhia” não tem Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e elaboradas em conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, por meio de Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Essas demonstrações foram preparadas e elaboradas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações financeiras para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da "Companhia".

2.1 – Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 – Estimativas e premissas

Na preparação destas demonstrações contábeis societárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3 – Classificação do circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realiza-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixas ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realiza-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação no passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

2.4. Ativo Financeiro Contratual e receita de remuneração do ativo contratual

Se refere ao reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido.

2.5. Receita de juros

A receita de juros será reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. Não tendo havido valores sobre essa rubrica nos exercícios abrangidos com a presente nota explicativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a. Ativos financeiros não derivativos. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b. Passivos financeiros não derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos são os empréstimos, debêntures e os fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data do balanço também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c. Ativos e passivos financeiros derivativos. No final de 2020, a Sociedade não possuía ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos.

2.7 – Contingência

Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação de probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do corpo jurídico que assessoria a Companhia.

2.8 – Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores apresentados nestas demonstrações contábeis tiveram suas casas decimais arredondadas, podendo, para fins de melhor ilustração, eventualmente, estarem representados com as duas casas após a vírgula (centavos). Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis para fins regulatórios.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, ou seja, com alta liquidez.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Os equivalentes de caixa foram contabilizados sob a rubrica Aplicações Financeiras a Curto Prazo, e no plano contábil identificados como Contas de Investimentos.

4.2. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata. Esses valores são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e a determinação de sua classificação se dá no momento de seu reconhecimento inicial, no ato da contratação com a instituição bancária.

4.3. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas são relativas a prêmios de seguros a apropriar de ativos de propriedade da Entidade.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Muito embora não tenha havido lançamentos nessa rubrica, a "Companhia" revisará anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

4.5. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes

A "Companhia" adotou o CPC 47/IFRS 15 para o período de 2020, ainda que não completamente, porque as características do contrato de transmissão de energia elétrica atendem aos requisitos que a norma estabelece, dentre elas, o cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo, ainda que o direito de receber as contraprestações contratuais estão atreladas ao cumprimento de outras duas obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão da subestação de energia.

A norma estabelece que uma que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

O cliente é a parte que contratou com a entidade ("Companhia") para obter bens ou serviços que constituem um produto das atividades normais da entidade em troca de contraprestação.

As margens de lucros projetadas serão obtidas pelas diferenças entre os custos projetados para a construção, operação e manutenção e o valor presente da projeção dos recebimentos futuros que a ANEEL determina (Receita Anual Permitida-RAP)

4.6. Ativo Financeiro Contratual

De acordo com o contrato firmado entre a "Companhia" e a ANEEL, a transmissora de energia é a parte responsável para construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão por um período de 30 anos. Essa responsabilidade consiste em transportar energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Cumprindo as premissas contratuais, e atendendo as obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão. Com isso, ocorre a amortização dos investimentos em toda infraestrutura de transmissão até coloca-la em operação. Mas outros investimentos podem gerar direito de indenização pelo Governo (Poder Concedente), caso não sejam amortizados na forma de seu contrato, vez que ao final do contrato de concessão, toda infraestrutura será entregue ao Governo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

4.5. Imobilizado

Sempre será registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação será sempre calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados.

O resultado da alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado, quando ocorrer, será determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e será reconhecido no resultado do exercício.

4.6. Intangível

Os Ativos Intangíveis tem vidas úteis definidas, também são registrados pelo valor de custo de aquisição ou realização e sofrem deduções das amortizações, estas reconhecidas linearmente com base na via útil estimada, e sofrem também deduções das perdas em razão da redução ao valor recuperável acumuladas.

Os software corporativos, são capitalizados com base nos custos incorridos e que foram necessários para colocarem em estado de uso, e quando da sua amortização são levados em conta a vida útil estimada.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.7. Fornecedores

Os valores lançados sob essa rubrica são obrigações pela aquisição de insumos, bens e serviços, contabilizados no grupo passivo circulante, via de regra, adquiridos para pagamento em até 12 (doze) meses.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Dividendos

Conforme artigo 14º do estatuto social, do lucro líquido apurado em demonstração do resultado do exercício, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos Acionistas, a título de dividendo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas, podendo a "Companhia" levantar relatórios financeiros e balanços intermediários preparados com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, podendo haver, inclusive, pagamento de juros sobre o capital próprio aos Acionistas.

O pagamento/distribuição de dividendos dispensa anuência expressa de credores de longo prazo, em especial o BNDES e os DEBENTURISTAS, por conta da "Companhia" ter atendido todas as situações apresentadas no item XII, da cláusula décima (Obrigações especiais da beneficiária), do contrato de financiamento nº 18.2.0328.1, dentre as quais, a manutenção de contas "reservas" que asseguram saldos suficientes para pagamento de parcelas vincendas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O Órgão Regulador estabelece no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, no item 6.3.25, que o valor de dividendos deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário, fato que poderá, dependendo das práticas, premissas e estimativas adotadas, fazer com que o valor dos dividendos pagos/distribuídos seja superior ao valor do lucro líquido apurado na contabilidade “regulatória” para determinados exercícios.

4.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2020, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro presumido. Os tributos devidos com base no lucro presumido são apurados trimestralmente – com encerramento nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% sobre o lucro presumido, que para a atividade da “Companhia” é 8%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente superior a R\$ 60.000/trimestre. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro presumido, que para a atividade da “Companhia” é 12%.

4.11. Empréstimos e financiamentos – Convenants e garantias

A “Companhia” utilizou recursos de empréstimos para financiar a implantação do empreendimento.

O financiamento junto ao BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da “Companhia” de propriedade dos Acionistas.

O contrato firmado com o BNDES possui cláusulas restritivas, mas as basilares são:

- receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “conta centralizadora”, aberta exclusivamente para esse fim;
- constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “conta reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviços da totalidade da dívida, sendo que a movimentação da “conta reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- não constituir, sem prévia e expressa autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no parágrafo segundo do artigo 202 da Lei 6404/76, salvo se verificado, cumulativamente, o atendimento de algumas condições, como:

- a) exoneração da fiança mencionada na cláusula décima sétima, a qual a “Companhia” em 31/12/2020 já havia cumprido a sua totalidade;
 - b) manter o índice de cobertura do serviço da dívida-ICSD, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes;
 - c) o montante de caixa e/ou aplicações financeiras de livre movimentação, somados aos depósitos judiciais, após a referida distribuição de dividendos, deverá ser igual ou maior que a totalidade de provisões de contingências. Números estes, extraídos das demonstrações contábeis regulatórias anuais auditadas, referentes ao ano civil, ou alternativamente, ao período de 12(doze) meses, imediatamente anterior ao evento da distribuição de dividendos, e, por fim;
 - d) estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento, assim como com todas as obrigações do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças e do Contrato de Penhor da Totalidade das Ações da “Companhia”;
- não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

4.12. Capital Social

O capital social é todo composto por ações ordinárias, não incorrendo custo na emissão.

4.13. AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

São legítimos ingressos de recursos na Companhia, visando e obrigando que esta promova o futuro aumento de capital, ou, exceção à regra, que restitua o valor que ingressou. Por este motivo, nas demonstrações financeiras os valores ingressados sob essa rubrica já constarão como Capital Social.

4.14. Ajustes de Exercícios Anteriores

De acordo com a Lei das S/A (Lei 6.404/1976), o resultado do exercício não deverá ter influência de efeitos pertencentes a exercícios anteriores e, dessa forma, só deverão transitar nas 'contas de resultados' os valores que competem ao respectivo exercício.

A regularização de valores referentes a períodos anteriores não provocam reflexo no resultado do período e se referem a efeitos de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a determinado período anterior, e que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.272.146	8.617.486
CONTAS BANCARIA - MOVIMENTO	1.249.583	1.179.476
CONTAS CORRENTES	1.249.583	1.179.476
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9	1	1
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7	1	1
BANCO DO BRASIL - AG. 0037-X - C/C 31175509-7	0	0
BANCO BNP PARIBAS - AG 0001- CC 74301	0	0
BANCO ITAU - AG. 9115 - C/C 29271-7	0	0
BANCO SANTANDER - AG. 2271-C/C 13097681-9 (PGTO DEBENTURES)	427.948	384.472
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5	1	1
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9	1	1
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - C/C 13095388-7 (CTA RECEBIMENT)	734.193	795.000
BANCO SANTANDER - AG. 2271-C/C 13096417-9 (RESERVA DEBENTURE)	0	0
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - C/C 13060260-8	1.200	0
BANCO SANTANDER - AG.2271 - C/C 13039865-9 (RESERVA BNDES)	0	0
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 581-5	86.237	0
BANCO DO BRASIL - AG 3369-3 - C/C 5656-1	0	0
EQUIVALENTES DE CAIXA	7.022.563	7.438.010
APLICACOES FINANCEIRAS	7.022.563	7.438.010
CONTAS DE INVESTIMENTOS	7.022.563	7.438.010
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2881-9 - INVEST PLUS	12.999	12.062
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7 - INVEST PLUS	2.176.730	2.712.951
BANCO DO BRASIL - AG. 0037-X - C/C 31175509-7 - FUNDOS DE IN	0	181
BANCO ITAU - AG. 9115 - C/C 29271-7 APLIC AUT MAIS	0	0
BANCO SANTANDER - AG. 2271-C/C 13097681-9-INVEST((PGTO DEBEN	0	0
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2883-5 - INVEST PLUS	190	354
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 452-9 - INVEST PLUS	177	996
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13096417-9-INVEST (RESERVA DEBENTUR	2.571.940	2.312.050
SANTANDER - AG. 2271-C/C 13039865-9-INVEST (RESERVA BNDES)	2.259.449	2.399.417
BANCO BRADESCO - AG 3384-7 - C/C 2882-7 - MULTIMERCADO	0	0
BANCO DO BRASIL - AG. 3369-3 - C/C 5656-1 - FUNDOS DE IN	1.078	0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

6. ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL - Circulante

Na preparação destas demonstrações contábeis societárias, a "Companhia" utilizou julgamentos, estimativas e premissas de modo a oferecer a maior clareza dos números aos interessados.

CICLO 2019-2020	Edificação	SE AGUA AZUL 440/138 kV (6 x 100 MVA + 1R) e 2 ELs de 138 kV		
		Módulo	RAP - Ciclo 2019-2020	Rateio RAP - Ciclo 2019-2020
RBL = 82,59%		TR 440/138 kV AGUA AZUL TRR1 SP	2.185.232,43	7,33%
		TR 440/138 kV AGUA AZUL TR2 SP	6.555.694,68	21,99%
		TR 440/138 kV AGUA AZUL TR1 SP	6.555.694,68	21,99%
		MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP	5.086.523,57	17,06%
		MC 440 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR2 SP	2.016.821,17	6,77%
		MC 440 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR1 SP	2.016.821,17	6,77%
		MC 138 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR2 SP	589.957,52	1,98%
		MC 138 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR1 SP	589.957,52	1,98%
		IB 440 kV MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP IB2	2.107.811,64	7,07%
		IB 440 kV MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP IB1	2.107.811,64	7,07%
RPEC = 17,41%		Sub-Total 1	29.812.326,02	100,00%
		IB 138 kV MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP IB1	4.620.642,56	73,53%
		EL 138 kV AGUA AZUL DIST2	831.902,94	13,24%
		EL 138 kV AGUA AZUL DIST1	831.902,94	13,24%
		Sub-Total 2	6.284.448,44	100,00%
		TOTAL	36.096.774,46	

CICLO 2020-2021	Edificação	SE AGUA AZUL 440/138 kV (6 x 100 MVA + 1R) e 2 ELs de 138 kV		
		Módulo	RAP - Ciclo 2019-2020	Rateio RAP - Ciclo 2019-2020
RBL = 82,59%		TR 440/138 kV AGUA AZUL TRR1 SP	2.226.265,12	7,33%
		TR 440/138 kV AGUA AZUL TR2 SP	6.678.792,73	21,99%
		TR 440/138 kV AGUA AZUL TR1 SP	6.678.792,73	21,99%
		MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP	5.182.034,59	17,06%
		MC 440 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR2 SP	2.054.691,56	6,77%
		MC 440 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR1 SP	2.054.691,56	6,77%
		MC 138 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR2 SP	601.035,31	1,98%
		MC 138 kV TR 440/138 kV AGUA AZUL TR1 SP	601.035,31	1,98%
		IB 440 kV MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP IB2	2.147.390,59	7,07%
		IB 440 kV MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP IB1	2.147.390,59	7,07%
RPEC = 17,41%		Sub-Total 1	30.372.120,09	100,00%
		IB 138 kV MG 440 kV AGUA AZUL MG1 SP IB1	4.707.405,61	73,53%
		EL 138 kV AGUA AZUL DIST2	847.523,81	13,24%
		EL 138 kV AGUA AZUL DIST1	847.523,81	13,24%
		Sub-Total 2	6.402.453,23	100,00%
		TOTAL	36.774.573,32	

Data da assinatura do contrato de concessão n. 19/2016	27/06/2016
VALOR DA RAP NA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO (27/06/2016)	31.107.925,00
Quantidade de dias até o final do contrato (considerando ano civil de 365 dias)	10950
Quantidade de dias entre a data da assinatura até o dia 31/12/2020	1649
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2020 (CICLO 2019-2020) (SEM PIS E COFINS)	36.096.774,46
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2020 (CICLO 2019-2020) (COM PIS E COFINS)	37.464.218,43
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2021 (CICLO 2020-2021) (SEM PIS E COFINS)	36.774.573,32
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2021 (CICLO 2020-2021) (COM PIS E COFINS)	38.167.694,16
Valor da RAP ANUAL-CICLO 2020-2021, convertida em dias(365) - (COM PIS E COFINS)	104.569,03
Valor do ativo financeiro contratual calculado da data de assinatura do contrato até 31/12/2020 (104.569,03) * 1649	172.434.322,38
Valor do ativo financeiro contratual nas demonstrações de 2018	30.496.610,66
Valor do faturamento em 2019 (concessionárias e permissionárias e CCEE)	23.289.330,81
(-) Previsão para Sinistros PVI	(1.484.598,21)
Valor do ativo financeiro contratual calculado	117.163.782,70
Saldo do contas a receber em 31/12/2020	176.764,10
Valor do Ativo Contratual em 31/12/2018	30.496.610,66
Saldo do Ativo Circulante em 31/12/2020	147.837.157,46
Valor do Ativo Imobilizado da Concessão - Regulatório (sem considerar o valor das depreciações)	150.648.726,16
Valor do Ativo Intangível da Concessão - Regulatório	889.678,63
Saldo do Ativo Não Circulante em 31/12/2020	151.538.404,79
1. Valor da RAP ANUAL atualizada até 31/12/2020	172.434.322,38
2. Valor do ativo financeiro contratual nas demonstrações de 2018	30.496.610,66
3. Valor do ativo financeiro contratual (incluindo o faturamento) nas demonstrações de 2019	94.901.422,54
4. (-) Previsão para Sinistros PVI em 2019	1.484.598,21
Saldo para 31/12/2020 (1 - 2 - 3 + 4)	45.551.690,97

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

		31/12/2020	31/12/2019
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	6.860	668
TRIBUTOS FEDERAIS		6.860	668
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		0	668
OUTROS		6.860	0
TRIBUTOS PAGOS A MAIOR A COMPENSAR		6.860	0
IRPJ PAGO A MAIOR - A COMPENSAR		5.068	0
CSLL PAGO A MAIOR - A COMPENSAR		1.792	0

8. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

		31/12/2020	31/12/2019
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	5	7
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		5	7
ADIANTAMENTO SALARIAL		5	7

Os saldos a título de "adiantamentos a funcionários" contemplaram apenas os valores dos arredondamentos das folhas de pagamentos. Não houve a prática de adiantamento a título de empréstimos ou antecipação salarial a funcionários no período.

9. ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL – não circulante

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui obrigações de desempenhos distintas: construir e manter e operar a infraestrutura de transmissão.

O reconhecimento da receita de construção, que tem por base a RAP destinada ao investimento do ativo, e que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto, será aplicada para os exercícios seguintes ao encerrado em 31/12/2020, porque a "Companhia", na preparação destas demonstrações contábeis societárias, utilizou julgamentos, estimativas e premissas de modo a oferecer a maior clareza dos números aos interessados. Para o período encerrado em 31/12/2020, a "Companhia" considerou os valores reais do ativo imobilizado e intangível, sem as depreciações e amortizações, que constam nas demonstrações financeiras da atividade regulatória.

No quadro abaixo, demonstra o procedimento utilizado para apuração do valor do Ativo Financeiro Contratual:

Data da assinatura do contrato de concessão n. 19/2016	27/06/2016
VALOR DA RAP NA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO (27/06/2016)	31.107.925,00
Quantidade de dias até o final do contrato (considerando ano civil de 365 dias)	10950
Quantidade de dias entre a data da assinatura até o dia 31/12/2020	1649
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2020 (CICLO 2019-2020) (SEM PIS E COFINS)	36.096.774,46
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2020 (CICLO 2019-2020) (COM PIS E COFINS)	37.464.218,43
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2021 (CICLO 2020-2021) (SEM PIS E COFINS)	36.774.573,32
Valor da RAP ANUAL atualizada até 30/06/2021 (CICLO 2020-2021) (COM PIS E COFINS)	38.167.694,16
Valor da RAP ANUAL-CICLO 2020-2021, convertida em dias(365) - (COM PIS E COFINS)	104.569,03
Valor do ativo financeiro contratual calculado da data de assinatura do contrato até 31/12/2020 (104.569,03) * 1649)	172.434.322,38
Valor do ativo financeiro contratual nas demonstrações de 2018	30.496.610,66
Valor do faturamento em 2019 (concessionárias e permissionárias e CCEE)	23.289.330,81
(-) Previsão para Sinistros PVI	(1.484.598,21)
Valor do ativo financeiro contratual calculado	117.163.782,70
Saldo do contas a receber em 31/12/2020	176.764,10
Valor do Ativo Contratual em 31/12/2018	30.496.610,66
Saldo do Ativo Circulante em 31/12/2020	147.837.157,46
Valor do Ativo Imobilizado da Concessão - Regulatório (sem considerar o valor das depreciações)	150.648.726,16
Valor do Ativo Intangível da Concessão - Regulatório	889.678,63
Saldo do Ativo Não Circulante em 31/12/2020	151.538.404,79

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

10. FORNECEDORES

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
FORNECEDORES	10	514.117	3.895.032
SIEMENS S.A.		409.542	3.829.218
MIL WATTS COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI		0	36
BANDEIRANTE ENERGIA S/A		320	275
ANDRE LUIS DA SILVA APOIO ADMINISTRATIVO		2.070	0
IN FORMA SOFTWARE S/A.		1.646	1.361
MAGAZINE LUIZA S/A		6.834	0
CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL		0	7.922
TELEFONICA BRASIL S.A.		197	0
DISTRIBUIDORA SAFARI LTDA		287	852
MARINS E FUNALETTI LTDA ME		0	150
ALGAR MULTIMIDIA S/A		0	10.941
PIATA - BORRACHAS E FERRAMENTAS LTDA		0	283
CAIO NASCIMENTO PEREIRA DE JESUS		16.500	34.500
CIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS		5.630	5.787
MS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA		12.167	0
AMELIA WATANABE ME		825	0
WOMER IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA		0	735
SUPER SORBENTS AMBIENTAL E COMERCIAL EIRELI		0	1.472
PAESSLER SHOP		2.332	0
MARCELO CANDIDO DE ANDRADE		0	1.500
INSTITUTO ELITE CURSOS ON LINE LTDA		970	0
KALUNGA SA		298	0
PLANALTO HOTEL LTDA		500	0
ZAGARETTO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS EIRELI		54.000	0

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – circulante

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	11	9.023.197	16.465.579
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		6.678.197	12.574.985
MOEDA NACIONAL		6.678.197	12.574.985
PRINCIPAL		6.678.197	5.066.196
CONTAS GARANTIDAS		0	10
BANCO SANTANDER - AG. 2271 - CONTA 130976819		0	10
EMPRESTIMOS BANCOS DE FINANCIAMENTO		6.678.197	5.066.186
BNDES-BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		6.678.197	5.066.186
ENCARGOS DA DIVIDA		0	7.508.789
JUROS SOBRE EMPRESTIMOS		5.578.002	14.480.010
JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		3.601.671	10.631.026
JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		1.976.330	3.848.984
(-) ENCARGOS DA DIVIDA - A AMORTIZAR		(5.578.002)	(6.971.221)
(-) JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		(3.601.671)	(5.118.175)
(-) JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328-1-BNDES		(1.976.330)	(1.853.046)
DEBENTURES		2.345.000	3.890.594
MOEDA NACIONAL		2.345.000	3.890.594
PRINCIPAL		2.345.000	2.205.000
PRINCIPAL		2.345.000	2.205.000
DEBENTURES CP		2.345.000	2.205.000
ENCARGOS DA DIVIDA		0	1.685.594
ENCARGOS - JUROS		2.349.450	1.685.594
JUROS - DEBENTURES		2.349.450	1.685.594
(-) ENCARGOS DA DIVIDA - A AMORTIZAR		(2.349.450)	0
(-) JUROS - DEBENTURES		(2.349.450)	0

As despesas com juros serão reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

11.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES reza em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168(cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

11.2 – DEBÊNTURES

A Companhia assinou em 19 de novembro de 2018 o Instrumento Particular de Escritura de 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, emitindo debêntures no valor de R\$ 35.000.000,00. Não houve outras emissões até 31/12/2020!

Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947"), os recursos líquidos captados pela Emissora ("Companhia" por meio da Emissão, serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros ou reembolso de gastos despesas ou dívidas relacionados à implantação do projeto, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta Restrita, conforme detalhado na tabela abaixo ("Projeto").

Tem como Banco Liquidante e Escriturador o Banco Bradesco S.A., como agente fiduciário a e instituição SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na Cláusula 4.5, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa da totalidade para cancelamento, nos termos da Cláusula 4.13 abaixo; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures constantes da Cláusula 5.1 abaixo desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 ("Data de Vencimento").

Características Básicas: 4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); 4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados; 4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Sociedades por Ações; 4.1.4. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures na forma dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"), com ágio ou deságio a ser definido no Procedimento de Recebimento de Intenções, sendo considerada "Data da Primeira Integralização", para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a subscrição e integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data da Primeira Integralização será o seu Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização; 4.1.5. - Data de Vencimento: as Debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2029, e com amortizações conforme estabelecido na cláusula 4.5 abaixo, ressalvadas as hipóteses de (i) aquisição facultativa; e (ii) vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures desta Escritura de Emissão, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei 12.431, e ao artigo 1º da Resolução CMN 3.947 ("Data de Vencimento"); 4.1.6. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas até 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures ("Quantidade de Debêntures"); 4.1.7. Comprovação de Titularidade e Cessão das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador no qual serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome do respectivo titular da Debênture.

A primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2019.

12. OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	12	105.668	114.170
FOLHA DE PAGAMENTO		105.668	114.170
FOLHA DE PAGAMENTO LIQUIDA		36.982	40.212
FOLHA DE PAGAMENTO LIQUIDA		36.982	40.212
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		36.982	40.212
SALARIOS A PAGAR		35.849	39.017
PENSAO ALIMENTICIA		1.133	1.195
FERIAS		57.153	63.029
FERIAS A PAGAR		57.153	63.029
FERIAS A PAGAR		57.153	63.029
FERIAS A PAGAR		57.153	63.029
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		11.533	10.929
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		11.533	10.929
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		11.533	10.929
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A RECOLHER		11.533	10.929

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
TRIBUTOS	13	3.691.871	3.659.641
TRIBUTOS FEDERAIS		3.627.894	3.549.895
IMPOSTO DE RENDA		151.997	191.441
IRPJ 1. TRIMESTRE A RECOLHER		0	0
IRPJ 2. TRIMESTRE A RECOLHER		903	0
IRPJ 3. TRIMESTRE A RECOLHER		0	0
IRPJ 4. TRIMESTRE A RECOLHER		151.093	191.441
CONTRIBUICAO SOCIAL		87.369	111.819
CSLL 1. TRIMESTRE A RECOLHER		0	0
CSLL 2. TRIMESTRE A RECOLHER		849	0
CSLL 3. TRIMESTRE A RECOLHER		0	0
CSLL 4. TRIMESTRE A RECOLHER		86.521	111.819
IMPOSTO DE RENDA		2.122.159	2.030.174
IRPJ - DIFERIDO 2018		603.932	603.932
IRPJ - DIFERIDO 2019		1.426.242	1.426.242
IRPJ - DIFERIDO 2020		91.985	0
CONTRIBUICAO SOCIAL		1.137.834	1.102.774
CSLL - DIFERIDO 2018		329.363	329.363
CSLL - DIFERIDO 2019		773.411	773.411
CSLL - DIFERIDO 2020		35.060	0
PIS		22.890	20.246
PIS A RECOLHER		22.890	20.246
COFINS		105.645	93.441
COFINS A RECOLHER		105.645	93.441
TRIBUTOS MUNICIPAIS		1.553	47.274
ISS		1.553	47.274
ISS A RECOLHER		1.553	47.274
CONTRIBUICOES SOCIAIS		59.501	60.733
INSS		47.259	47.115
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER		27.348	29.557
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE 13. SALARIO - A RECOLHER		35	35
INSS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER		16.460	17.522
INSS RETIDO DE FORNECEDORES		3.416	0
FGTS		12.242	13.618
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE SALARIOS - A RECOLHER		7.670	8.576
FGTS ENCARGOS DA EMPRESA SOBRE FÉRIAS - A RECOLHER		4.572	5.042
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE		2.923	1.738
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		596	417
IRRF DE FORNECEDORES (1,50%) - A RECOLHER		596	417
CONTRIBUICAO SOCIAL		0	284
CSLL (LEI 10833/03) A RECOLHER		0	284
PIS/PASEP		0	185
PIS (LEI 10833/03) A RECOLHER		0	185
COFINS		0	853
COFINS (LEI 10833/03) A RECOLHER		0	853
PIS/COFINS/CSLL-IN 381-30/12/03		2.328	0
PIS/COFINS/CSLL-IN 381-30/12/03		2.328	0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

14. DIVIDENDOS

Em 2020, a “companhia” pagou dividendos totais no valor de R\$ 18.250.000,00 (dezoito milhões, duzentos e cinquenta mil reais) à sua única acionista, a ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Esse valor foi pago em moeda corrente nacional, nas seguintes datas:

DATA	VALOR	DATA	VALOR
		25/07/2020	3.000.000
01/11/2020	1.750.000	19/06/2020	3.000.000
01/10/2020	3.500.000	08/04/2020	2.750.000
25/08/2020	2.500.000	06/04/2020	1.750.000

15. ENCARGOS SETORIAIS

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ENCARGOS SETORIAIS	15	38.896	224.392
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D		38.896	224.392
F.N.D.C.T.		25.931	89.757
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO		25.931	89.757
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO - 0,40%		25.931	89.757
M.M.E.		12.965	44.878
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		12.965	44.878
M.M.E.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - 0,20%		12.965	44.878
RECURSOS EM PODER DA EMPRESA		0	89.757
PROJETO E DESENVOLVIMENTO - P&D		0	89.757
M.M.E.-CONTA CORRENTE - 0,40%		0	89.757

16. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	16	2.190	2.035
OUTROS		2.190	2.035
OUTROS CREDITORES		2.190	2.035
OUTROS CREDITORES		2.190	2.035
ADIANTAMENTO DE CLIENTES		2.190	2.035
SÃO MARTINHO S/A		219	219
ENEL GREEN POWER DELFINA A EOLICA S.A.		113	113
TAMANDUA MIRIM 2 ENERGIA S.A.		20	20
ENEL GREEN POWER CRISTAL EOLICA S.A.		1.684	1.684
ENEL GREEN POWER DOIS RANCHOS EOLICA S.A.		38	0
CLIENTES DIVERSOS		62	0
ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ANGELA S.A.		55	0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – não circulante

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	17	99.211.538	99.208.829
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		69.811.538	67.463.829
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOEDA NACIONAL		69.811.538	67.463.829
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - VALOR PRINCIPAL		60.794.205	65.860.414
FINANCIAMENTO - VALOR PRINCIPAL		60.794.205	65.860.414
BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		60.794.205	65.860.414
ENCARGOS DA DIVIDA		9.017.333	1.603.414
ENCARGOS - JUROS		86.231.115	79.240.286
JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES		63.300.459	58.162.676
JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES		22.930.656	21.077.610
(-) ENCARGOS DA DIVIDA A AMORTIZAR		(77.213.781)	(77.636.872)
(-) JUROS TJLP + DIF - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES		(58.713.594)	(56.999.932)
(-) JUROS REMUNERATORIOS - CONTR 18.2.0328.1 - BNDES		(18.500.187)	(20.636.939)
DEBENTURES		29.400.000	31.745.000
MOEDA NACIONAL		29.400.000	31.745.000
PRINCIPAL		29.400.000	31.745.000
PRINCIPAL		29.400.000	31.745.000
DEBENTURES CP		29.400.000	31.745.000
ENCARGOS DA DIVIDA		0	0
ENCARGOS - JUROS		9.646.846	11.996.297
JUROS - DEBENTURES		9.646.846	11.996.297
(-) ENCARGOS DA DIVIDA A AMORTIZAR		(9.646.846)	(11.996.297)
(-) JUROS - DEBENTURES		(9.646.846)	(11.996.297)

17.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O contrato de financiamento junto ao BNDES reza em sua cláusula terceira que sobre o valor principal incidirão juros de 2,49% ao ano, acima da Taxa de Juros a Longo Prazo-TJLP.

Conforme cláusula quinta do referido contrato de financiamento, o principal da dívida deve ser pago em 168(cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2020 e a última prestação em 15 de dezembro de 2033.

17.2 – DEBÊNTURES

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

Atualização Monetária das Debêntures:

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data da Primeira Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Juros remuneratórios:

Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, incluindo, conforme o caso, os Juros Remuneratórios incorporados na Data de Incorporação.

Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data da Primeira Integralização, da Data de Incorporação imediatamente anterior, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures (conforme definido abaixo), calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula: $J = VNa \times (FatorJuros - 1)$ Amortização do Valor Nominal Atualizado Após decorrido o Período de Carência, o Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 21 (vinte e uma) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures") e de acordo com os percentuais descritos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir ("Percentual do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado"):

Parcela	Data de Amortização	Percentual do valor nominal unitário a ser amortizado	Percentual do saldo do valor nominal unitário atualizado a ser amortizado
1	15/dez/19	3,00%	3,00%
2	15/jun/20	3,15%	3,25%
3	15/dez/20	3,15%	3,36%
4	15/jun/21	3,35%	3,69%
5	15/dez/21	3,35%	3,84%
6	15/jun/22	3,60%	4,29%
7	15/dez/22	3,60%	4,48%
8	15/jun/23	4,00%	5,21%
9	15/dez/23	4,00%	5,49%
10	15/jun/24	4,25%	6,18%
11	15/dez/24	4,25%	6,58%
12	15/jun/25	5,00%	8,29%
13	15/dez/25	5,00%	9,04%
14	15/jun/26	5,50%	10,93%
15	15/dez/26	5,50%	12,28%
16	15/jun/27	6,20%	15,78%
17	15/dez/27	6,20%	18,73%
18	15/jun/28	6,50%	24,16%
19	15/dez/28	6,50%	31,86%
20	15/jun/29	6,95%	50,00%
21	15/dez/29	6,95%	100,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.301.730	138.907.863
CAPITAL SOCIAL	18	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAÍS	18.1	38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
RESERVAS DE LUCROS	18.3	5.979.925	650
RESERVA LEGAL		5.979.925	650
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	18.3.1	5.979.925	650
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		5.979.925	650
RESERVAS ESTATUTARIAS		0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR	18.3.2	0	0
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL		71.773	66.035
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	18.2	71.773	66.035
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		71.773	66.035
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	18.4	86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS		86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS		86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		76.334.788	29.571.403
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		9.948.128	70.389.774
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)		87.116	0
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		0	0
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		243.889.208	262.477.541

18.1 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o valor do capital social subscrito e integralizado levado a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo-JUCESP, R\$ 38.880.000, e o saldo existente na conta AFAC-Adiantamento para futuro aumento de capital, R\$ 71.773, o valor total do Capital Social é de R\$ 38.951.773 dividido em 38.951.773 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

18.2 – AFAC-ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A composição do saldo da conta AFAC em 31/12/2020 compreende:

DATA	VALOR
29/05/2020	5737
17/05/2019	21
17/05/2019	358
07/01/2019	741
23/11/2018	103
22/10/2018	57825
28/09/2018	1036
21/09/2018	21
04/09/2018	5930

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

18.3 – RESERVAS DE LUCROS

A rubrica reservas de lucros está composta por reserva legal (art. 193 – Lei 6404/76) e reserva estatutária (reserva de lucros a distribuir - dividendos).

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
RESERVAS DE LUCROS	18.3	5.979.925	650
RESERVA LEGAL		5.979.925	650
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	18.3.1	5.979.925	650
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		5.979.925	650
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR	18.3.2	0	0

18.3.1 – RESERVA LEGAL

É constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício até o limite de 20% do capital social.

Até 31/12/2018, o saldo da conta Reserva Legal era de R\$ 650.

No ano de 2019 = reserva constituída foi de R\$ 284.044, e a “companhia” se utilizou do exato valor gerado na contabilidade regulatória.

Para o ano de 2020, aplicou o percentual sobre o valor do lucro gerado na contabilidade societária, de modo a cumprir o que reza o artigo 193 da Lei 6404/76.

18.3.2 – RESERVAS ESTATUTÁRIAS

São as reservas de lucros estabelecidos no estatuto da “companhia”. Em 31/12/2020 não havia saldo sobre essa rubrica.

18.4 – LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	18.4	86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS		86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS		86.370.032	99.961.178
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		76.334.788	29.571.403
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		9.948.128	70.389.774
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	18.4.1	87.116	0

18.4.1 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo dessa rubrica é referente a valores que no exercício anterior haviam sido transitados nas contas de resultados sendo: R\$ 1.943,68 do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, que fez um reembolso de emolumentos cartoriais, e R\$ 89.756,86 que foi registrado na conta de resultado 6.1.01.2.31.01.1.0003 - M.M.E.-CONTA CORRENTE-0,40%, totalizando, assim, R\$ 91.700,54. Como o valor ora ajustado é considerado como “lucro”, destinou-se 5% (R\$ 4.585,03) para a Reserva Legal de que trata ao Art. 193 da Lei das S.A. (Lei 6.404/1976).

De acordo com a Lei das S/A (Lei 6.404/1976), o resultado do exercício não deverá ter influência de efeitos pertencentes a exercícios anteriores e, dessa forma, só deverão transitar nas “contas de resultados” os valores que competem ao respectivo exercício.

A regularização de valores referentes a períodos anteriores não provocam reflexo no resultado do período e se referem a efeitos de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a determinado período anterior, e que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

20 – RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE OPERACOES COM TRANSMISSAO DE ENERGIA		(45.551.846)	94.901.423
RECEITA DE ENCARGOS DE TRANSMISSAO		(45.551.846)	94.901.423
RECEITA DE JUROS ATIVOS		(155)	0
JUROS ATIVOS		(155)	0
ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL		(45.551.691)	94.901.423
ATIVO FINANCEIRO CONTRATUAL		(45.551.691)	94.901.423

20.1 - TRIBUTOS

Os tributos incidentes sobre o valor das receitas, e deduzidos da receita operacional foram PIS e COFINS. De acordo com a forma de tributação que a “companhia” optou, a base de cálculo do PIS é 0,65% e a base de cálculo da COFINS é 3%.

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
(-) TRIBUTOS SOBRE A RECEITA		1.494.765	850.058
PIS		266.191	151.380
PIS		266.191	151.380
PIS		266.191	151.380
COFINS		1.228.574	698.678
COFINS		1.228.574	698.678
COFINS		1.228.574	698.678

20.2 – ENCARGOS

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
(-) ENCARGOS DO CONSUMIDOR		366.731	224.392
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D		366.731	224.392
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D		366.731	224.392
F.N.D.C.T.-FUNDO NAC DE DESENV CIENT E ENERGETICO-0,40%		155.821	89.757
M.M.M.-MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA-0,20%		77.910	44.878
M.M.E.-CONTA CORRENTE-0,40%		133.000	89.757

22. CONTIGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía contra si nenhum litígio trabalhista, cível, tributário e ambiental.

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO

Para fins regulatórios, a “Companhia” seguiu a regulamentação regulatória, determinada pela ANEEL e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico-MCSE; e seguiu a regulamentação societária para elaborar as Demonstrações Contábeis Societárias.

Abaixo demonstramos os principais números das demonstrações financeiras societária:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

23.1 – BALANÇO PATRIMONIAL – REGULATÓRIO

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		8.455.775	8.833.802
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	8.272.146	8.617.486
CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	6	176.764	215.642
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	7	6.860	668
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	8	5	7
ATIVO NÃO CIRCULANTE		142.340.860	147.242.850
IMOBILIZADO	9	141.508.927	146.380.153
REDE BASICA - IMOBILIZADO EM SERVICO		150.648.726	150.645.358
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - REDE BASICA	9.1	(9.139.799)	(4.265.206)
INTANGIVEL	10	831.933	862.697
REDE BASICA - INTANGIVEL EM SERVICO		153.400	153.400
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - REDE BASICA	10.1	(57.746)	(26.982)
DEMAIS INSTALACOES - INTANGIVEL EM CURSO	10	736.279	736.279
TOTAL DO ATIVO		150.796.635	156.076.652
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		10.115.947	21.227.901
FORNECEDORES	11	514.117	3.895.032
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	12	9.023.197	16.465.579
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS	13	105.668	114.170
TRIBUTOS	14	431.878	526.693
DIVIDENDOS DECLARADOS E JUROS SOBRE O CAPITAL	15	0	0
ENCARGOS SETORIAIS	16	38.896	224.392
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	17	2.190	2.035
PASSIVO NAO CIRCULANTE		99.211.538	99.208.829
EMPRESTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURES	18	99.211.538	99.208.829
PATRIMONIO LIQUIDO	19	41.469.150	35.639.922
CAPITAL SOCIAL	19.1	38.880.000	38.880.000
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - DOMICILIADOS NO PAIS		38.880.000	38.880.000
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		38.880.000	38.880.000
RESERVA DE LUCRO	19.3	1.488.369	284.694
RESERVA LEGAL		1.488.369	284.694
RESERVA LEGAL OBRIGATORIA	19.3.1	1.488.369	284.694
RESERVA LEGAL - ART. 193 - LEI 6404/76		1.488.369	284.694
RESERVAS ESTATUTARIAS	19.3.2	0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	0
RESERVA DE LUCROS A DISTRIBUIR		0	0
RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	19.2	71.773	66.035
ADIANTAMENTOS		71.773	66.035
ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		71.773	66.035
ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		71.773	66.035
AFAC-ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		71.773	66.035
ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA		71.773	66.035
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	19.4	1.029.008	(3.590.808)
LUCROS ACUMULADOS		1.029.008	(3.590.808)
LUCROS ACUMULADOS (após dividendos e reserva legal)		(3.590.808)	8.088
RESULTADO DO EXERCÍCIO (após dividendos e reserva legal)		4.532.701	(3.598.896)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (após reserva legal)	19.4.1	87.116	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		150.796.635	156.076.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

23.2 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – REGULATÓRIAS

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20	43.077.486,79	23.289.330,81
Receita Permitida	20.1	42.758.942,36	23.061.554,25
Outras Receitas - CCEE	20.2	318.388,99	227.776,56
Receita de Juros Ativos		155,44	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	21	(3.986.367,95)	(1.074.450,59)
Vendas Cancelas / Descontos		(2.124.872,27)	-
Vendas Canceladas		(2.124.872,27)	-
Tributos e Encargos		(1.861.495,68)	(1.074.450,59)
Tributos	21.1	(1.494.764,76)	(850.058,45)
PIS/COFINS		(1.494.764,76)	(850.058,45)
Encargos	21.2	(366.730,92)	(224.392,14)
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(366.730,92)	(224.392,14)
Outros Encargos		-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		39.091.118,84	22.214.880,22
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(7.685.560,87)	(6.927.184,85)
Pessoal		(1.195.789,39)	(1.050.287,43)
Material		(63.849,08)	(126.698,35)
Serviços de terceiros		(607.364,94)	(515.030,50)
Arrendamentos e aluguéis		(504,00)	(35.581,52)
Seguros		(106.182,30)	(99.382,60)
Doações		-	(11.000,00)
Provisões para riscos		-	-
Tributos e taxas		(2.690,45)	(66.395,05)
Depreciação e Amortização		(4.905.357,51)	(4.292.187,17)
Gastos diversos		(12.757,20)	(215.701,99)
Despesas gerais e administrativas		(791.066,00)	(514.920,24)
Outras despesas operacionais		-	-
RESULTADO FINANCEIRO	25	(6.132.923,47)	(8.776.729,50)
Receitas Financeiras			
Receitas com aplicações financeiras		69.130,55	140.563,26
Outras receitas financeiras		47.533,86	0,73
(-) Despesas Financeiras			
Juros		(6.249.043,11)	(8.778.300,52)
IOF, Comissões e Taxas		(349,54)	(130.976,15)
Multas e acréscimos moratórios		(195,23)	(8.016,82)
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		25.272.634,50	6.510.965,87
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		1.691,37	2.125,68
Rendas da Prestação de Serviços			
Compartilhamento de Infraestrutura		1.691,37	2.125,68
Receitas financeiras		-	-
Despesas financeiras		-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		25.274.325,87	6.513.091,55
CSLL - corrente	26	(456.898,29)	(288.291,84)
IRPJ - corrente	27	(835.637,33)	(543.917,90)
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.981.790,25	5.680.881,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

23.3 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – REGULATÓRIAS

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do Exercício (antes do IR e CSLL)	25.274.326	6.513.092
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.292.536)	(832.210)
Ajuste de Exercícios Anteriores	91.701	0
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização e Depreciação	4.905.358	4.292.187
Perdas do Ativo Imobilizado	0	0
	<u>28.978.848</u>	<u>9.973.069</u>
Aumento (ou redução) nos Ativos e Passivos operacionais		
Consumidores (clientes)	38.878	(215.642)
Tributos Compensáveis	(6.193)	57.096
Outros Ativos Circulantes	2	(4)
Fornecedores	(3.380.915)	(12.513.409)
Salários e encargos	(8.503)	57.039
Tributos a recolher	(94.815)	450.486
Encargos Setoriais	(185.496)	224.392
Outros Passivos Circulantes	155	2.035
	<u>(3.636.886)</u>	<u>(11.938.007)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>25.341.962</u>	<u>(1.964.938)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo indenizável - contratual	0	0
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.368)	(16.330.224)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(3.368)</u>	<u>(16.330.224)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	0	0
AFAC-Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.738	1.120
Pagamentos de Dividendos	(18.250.000)	(9.000.000)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - curto prazo	(7.442.381)	15.151.400
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - longo prazo	2.709	(689.748)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(25.683.934)</u>	<u>5.462.772</u>
Aumento ou redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(345.340)</u>	<u>(12.832.389)</u>
Demonstrações do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.617.486	21.449.875
No fim do período	8.272.146	8.617.486
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(345.340)</u>	<u>(12.832.389)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Societárias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

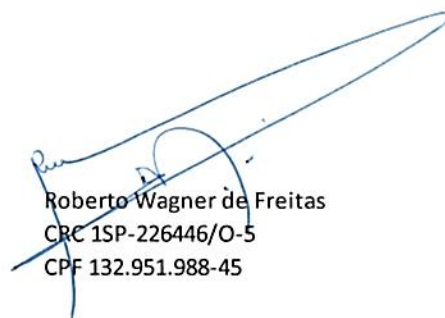
23.4 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – REGULATÓRIAS

	Capital social (incluindo o AFAC)	Reserva de lucros Legal (Art. 193 - L 6404/76)	Lucros Acumulados	Prejuízos Acumulados	Dividendos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	38.944.915	650	8.088	0	4.266	38.957.920
Aumento de capital e AFAC	1.120	0	0	0	0	1.120
Lucro líquido do exercício	0	0	5.680.882	0	0	5.680.882
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
Reserva Legal	0	284.044	(284.044)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(1.420.220)	0	1.420.220	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	(7.575.513)	0	7.575.513	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	(9.000.000)	(9.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.946.035	284.694	(3.590.808)	0	0	35.639.922
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.946.035	284.694	(3.590.808)	0	0	35.639.922
Aumento de capital e AFAC	5.738	0	0	0	0	5.738
Lucro líquido do exercício	0	0	23.981.790	0	0	23.981.790
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	91.701	0	0	91.701
Reserva Legal	0	1.203.675	(1.203.675)	0	0	0
Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	(5.995.448)	0	5.995.448	0
Dividendos adicionais propostos	0	0	(12.254.552)	0	12.254.552	0
Dividendos pagos	0	0	0	0	(18.250.000)	(18.250.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	38.951.773	1.488.369	1.029.008	0	0	41.469.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Cláudio Zopone
Diretor Administrativo
CPF 131.114.538-98



Roberto Wagner de Freitas
CRC 1SP-226446/O-5
CPF 132.951.988-45

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A
Bauru –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2020** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SUBESTAÇÃO AGUA AZUL SPE S.A** em **31 de dezembro de 2020**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Empresas supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba (SP), 21 de abril de 2021

ACS Auditoria e Consultoria Contábil
Crc 2SP026990/O-2



Alberto F Costa
Crc 1SP164292/O-0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Endereço: Rua Alameda Serra Agudos, 74 – Jd Ipanema, Araçatuba– Cep 16.052-045 Fone (18) 98121 7090
e-mail: alberto@acsauditores.com.br